

MOÇÃO SECTORIAL

A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA À VELOCIDADE DO FUTURO

Com o objetivo estratégico de cooperação transfronteiriça é criada a Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia (AAA). Este instrumento estabeleceu as bases institucionais nas três regiões, visando o desenvolvimento do território partilhado promovendo, concomitantemente, a melhoria de vida dos seus habitantes.

Neste âmbito a Euroregião AAA tem e deverá continuar a ter um papel fundamental na garantia do equilíbrio e sustentabilidade do desenvolvimento das regiões, pelo que as orientações estratégicas, na política nacional, devem contribuir para a consecução deste objetivo, incrementando a coesão económica, social e territorial. Assim, as regiões de fronteira na União Europeia, constituem um eixo nuclear na cooperação transfronteiriça não só no desenvolvimento local e regional, mas também como factor de integração significativa na política regional e de coesão.

Este desiderato deve continuar a prosseguir, tendo em consideração as disparidades territoriais entre regiões que não podem ser ignoradas, atendendo a que as graves dificuldades nas regiões ultraperiféricas, como as que constituem a Euroregião AAA, potenciam um conflito entre a convergência económica real nacional e regional, o que constringe e afecta a competitividade global da economia do País.

De acordo com o INE para 2022, o Algarve cresceu 17%, em termos reais, contribuindo de forma decisiva para o aumento de 6,8% do PIB nacional, tendo sido a região de Portugal como melhor desempenho. O INE contabiliza ainda os acréscimos do VAB, para esta região que em volume serão de 36,7% no comércio e de 25% nos transportes. No entanto, apesar da contribuição líquida sistemática da região para o crescimento do país, perdem-se de forma continuada oportunidades para o seu desenvolvimento, devido à reduzida capacidade de reinvestimento. A existência de infraestruturas aptas a potenciar

sinergias e mais-valias geradoras de criação de riqueza, bem como contribuir para uma maior coesão territorial, capacitaria o país para uma progressão da economia estrutural beneficiando todos os portugueses. Concretizando, por exemplo, o Hospital Distrital de Faro, cuja construção vem sendo sucessivamente adiada.

A Comissão Europeia aprovou o Programa de Cooperação Transfronteiriça da União Europeia também conhecido como “Interreg POCTEP”, para o período 2021-2027, que receberá uma contribuição da UE de mais de 320 milhões de euros, para criar empregos, impulsionar a transição climática e energética e proporcionar melhores cuidados de saúde para as pessoas que vivem nestas regiões.

O Programa apoiará a cooperação transfronteiriça através de redes entre pequenas e médias empresas para melhorar a investigação e a transferência de conhecimentos. Financiará, igualmente, projetos em diferentes domínios eficiência energética dos edifícios públicos, turismo sustentável, preservação do património cultural, infraestruturas de saúde entre outros para melhorar as condições de vida das pessoas que vivem na região transfronteiriça, entre outros objetivos.

Atendendo a este financiamento há que impulsionar e dinamizar mais projetos, a nível regional e nacional, para que esta seja uma aposta vencedora em prol das populações do interior e periféricas em relação aos grandes centros urbanos.

O Tribunal de Contas Europeu concluiu que os programas transfronteiriços com países vizinhos, financiados pela UE no período de 2014-2020, prestaram um apoio pertinente e valioso às regiões de ambos os lados das fronteiras externas da União.

Contudo, pese embora todo o caminho já percorrido, através de programas já executados e/ou em fase de execução, nas diferentes áreas de cooperação, havendo necessidade de as reforçar ou aprofundar, bem como incentivar as que planeadas tardam em sair do papel, pelo que se torna imperativa a prioridade em investimento massivo (público e privado), captando os fundos comunitários em projetos estruturantes, para o período de 2021-2027, como:

- 1) ligação ferroviária a Espanha, designadamente a linha ferroviária sobre o Guadiana, com ligação ferroviária entre Huelva (Gibraléon) e o Algarve. Esta ligação ferroviária por um lado constitui-se como um vector substancial para a melhoria da competitividade e do crescimento regional (com trocas económicas entre Portugal e Espanha e o resto da Europa), porque, para além de ser mais rápido, apresenta menores custos. Por outro lado, sendo um sistema de transporte menos poluente, contribuiria seguramente para uma vertente ambiental da política dos transportes. Esta infraestrutura aumentaria, ainda, a área de influência do aeroporto de Faro para oriente;
- 2) implantação, nas zonas de baixa densidade do Guadiana, de um “programa-piloto de combate contra as alterações climáticas” através de uma rede de corredores verdes com forte impacto no turismo de natureza;
- 3) a criação nas zonas acima de parques agroecológicos intermunicipais para agricultura biológica;
- 4) aumentar a navegabilidade do rio Guadiana até Mértola;
- 5) o desenvolvimento e qualificação urbana e territorial;
- 6) a gestão hídrica, área é da maior importância quer para a agricultura quer para o abastecimento humano na Eurorregião AAA, pelo que se deve apostar em canais de transporte para barragens/bacias do Baixo Alentejo/Algarve.

Para que estes e outros projetos impactantes nas regiões se materializem é precisa uma estratégia verdadeiramente concertada obviando a sua paralisação por inação de ambos os países.

Na verdade, o que está em questão é a crescente necessidade de se apostar numa visão de desenvolvimento sustentável apta a contribuir para a diminuição das assimetrias regionais e intrarregionais, promovendo, simultaneamente, a igualdade de oportunidades, a qualidade de vida das suas populações, seja através da requalificação das cidades, recorrendo à especialização inteligente, seja pela promoção das Regiões do Interior do País.

Com vista a possibilitar o desenvolvimento mais equilibrado do País devemos continuar a aprofundar a descentralização iniciada com o processo de transferência de

competências para as CCDR's, caminhando num processo de Regionalização, efetivando, assim, uma maior aproximação e participação dos cidadãos nos processos de decisão nas soluções dos problemas sentidos, promovendo, simultaneamente, a apropriação local dos programas, assegurando a sua pertinência e coerência com as estratégias de desenvolvimento das regiões.

Neste sentido, os subscritores pretendem com esta Moção Sectorial inscrever no trajeto do PS a valorização da cooperação, da coesão social, económica e territorial, como decisiva instância de solidariedade e desenvolvimento sustentável.

Os subscritores – Ilda Silva - 43020, Guilherme Portada - 145646, Tatiana Homem de Gouveia - 146759